

Eleição presidencial: o Plano Real na sucessão de Itamar Franco

**Antonio Manuel Teixeira Mendes
Gustavo Venturi¹**

Diretores do Instituto de Pesquisa Datafolha

Resumo

Este artigo mostra a influência do plano econômico Real e do horário eleitoral gratuito na eleição presidencial brasileira de 1994. Com base em dados de survey com 2.500 entrevistados, argumenta que o controle inflacionário exerceu papel decisivo para as intenções de voto.

Palavras-chave: decisão do voto, HGPE, eleição presidencial, plano econômico

Abstract

This article shows the influence of the economic plan- the Plano Real – and the HGPE (free electoral propaganda on TV) in the Brazilian 1994 Presidential Election. Based on survey data with 2.500 interviews, it argues that the inflation control played a decisive role for the voting intentions.

Keywords: voting decision, HGPE, presidential elections, economic plan

¹ Os dados apresentados a seguir contaram com o trabalho de centenas de pesquisadores do Datafolha, envolvidos em sua coleta e processamento, e em particular com o empenho e qualificação dos sociólogos Mauro Francisco Paulino e Emília de Franco, e da estatística Renata Nunes César.

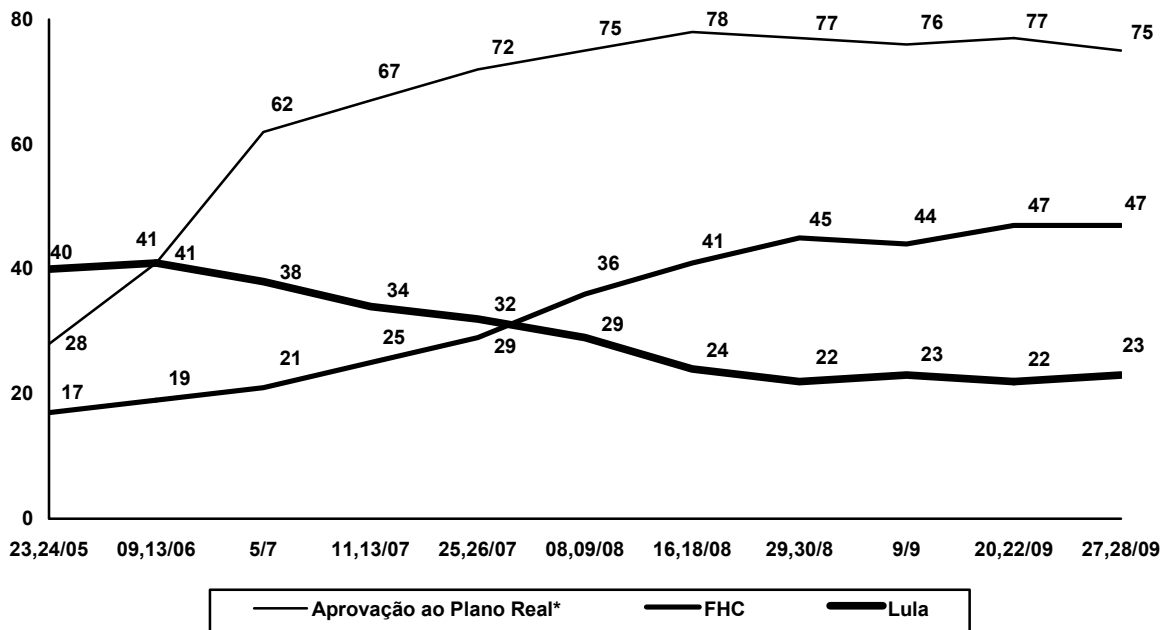
Quando se falava na eleição presidencial nos primeiros meses de 94 havia uma certeza comum a todas as análises: Lula estaria no segundo turno, ainda que não se soubesse contra quem. Ao longo de maio, por ocasião das convenções partidárias que definiram o quadro de candidatos, as intenções de voto em Lula atingiram o patamar dos 40% levando muitos a acreditar que o candidato do PT caminhava para uma vitória no primeiro turno. Mas quatro meses depois, apuradas as urnas de 3 de outubro, foi Fernando Henrique quem liquidou a fatura com 34,4 milhões de votos, 5,5 milhões a mais do que a soma obtida por seus sete adversários e o dobro dos votos de Lula.

Entre as convenções e o primeiro turno da eleição ocorreram muitos fatos com potencial de influência sobre o quadro sucessório: a consolidação da aliança PSDB-PFL, os encontros de Lula com lideranças políticas e empresariais da comunidade internacional, a crise e a troca dos candidatos à vice-presidência, Bisol e Palmeira; a conquista brasileira do tetra na Copa do Mundo, um debate entre os candidatos e os dois meses de propaganda eleitoral em cadeias de rádio e televisão; o flagrante parabólico das confissões do ministro Ricupero e a demissão do ministro Stepanenko por envolvimento da máquina do governo na campanha tucana; a greve dos metalúrgicos do ABCD, a afirmação de PC Farias de que em 90 financiara a campanha ao Senado do novo candidato a vice de FHC, Marco Maciel, entre outros acontecimentos. Mas, como tantas vezes já foi observado, a despeito do alarde da mídia e da movimentação das campanhas em torno dos fatos acima, do ponto de vista do eleitorado a alteração radical do quadro sucessório foi regida fundamentalmente por um único movimento: a implementação da segunda etapa do Plano Real, com a troca da moeda e a queda abrupta da inflação. Todos os demais acontecimentos ou passaram ao largo das considerações do eleitorado ou, quando muito, apenas amplificaram o efeito do Real no processo eleitoral.

Resta portanto, com uma análise mais detalhada das curvas de intenção de voto e da evolução das razões do voto declarado, verificar a velocidade e a dimensão do impacto do Real nos diferentes segmentos do eleitorado. Para que se tenha como parâmetro porém, visualizemos antes a ocorrência desse fenômeno sobre o conjunto dos eleitores²:

² Todos os dados aqui apresentados referem-se a surveys nacionais, realizados pelo Instituto de Pesquisas Datafolha, com desenho amostral de 2500 entrevistas (margem de erro 2%, em intervalo de confiança de 95%), estratificadas por unidades federativas, porte dos municípios – sorteados segundo mesorregiões do IBGE – e zonas eleitorais, com cotas de sexo e idade, segundo perfil do eleitorado. As entrevistas foram sempre pessoais, com abordagem em pontos de fluxo populacional e aplicação de questionário estruturado, com checagem *in loco*.

**Evolução das intenções de voto em Lula e FHC e avaliação do Plano Real
(Respostas estimuladas, em %)**



* Avalia o Plano como “ótimo” ou “bom” para o país

Do anúncio do plano econômico em dezembro, pelo então ministro Cardoso, à implantação da URV, em 1º de março, a inflação pulou do patamar dos 30% para o dos 40% ao mês, terminando o período de vigência da URV, em 30 de junho na faixa dos 50%. Um mês antes, ao final de maio, a aprovação ao Plano Real não chegava a um terço do eleitorado, a taxa de intenção de voto em Lula atingira 40% e a de FHC estava em 17%, mal delineando-o como provável adversário de Lula em um eventual 2º turno.

No primeiro levantamento após o fim da URV, escassos quatro dias depois do início da circulação do Real – e ainda com um fim-de-semana no meio – a aprovação ao plano econômico mais que duplicou, em relação à de fim de maio, saltando para quase dois terços do eleitorado. Visto que a população ainda não havia podido experimentar efetivamente a estabilidade da nova moeda, tratava-se de um resultado que refletia antes a vontade e a expectativa de que o plano vingasse do que uma aprovação dos seus efeitos reais – embora já oferecesse um indício do impacto que teria sobre o processo eleitoral!

Ainda que sutis, podendo ser meras flutuações dentro das margens de erro, na verdade começavam então a queda de Lula e o crescimento de FHC, em movimentos simultâneos e contínuos que seriam observados nos dois meses seguintes, até cerca de 10 dias antes do 1º turno. Os mais de 20 pontos percentuais que os separavam em maio e junho desaparecem em menos de um mês, chegando ambos ao final de julho com cerca de 30% das intenções de voto, já virtualmente empatados.

Com o início do horário eleitoral gratuito, em 2 de agosto, ao chamar para si e enfatizar a paternidade do Plano, a campanha tucana potencializa o efeito do Real: uma semana mais tarde nova pesquisa mostra que o empate entre Lula e FHC persiste entre os eleitores que não se expuseram à propaganda (56%), mas que FHC abre 11 pontos sobre Lula entre os 44% que já a assistiram. O controle do grau de escolaridade e da renda familiar nos dois grupos descarta a hipótese de a vantagem de FHC ser devida ao perfil de seu eleitorado – então mais escolarizado e de maior renda –, potencialmente mais motivado para as questões da esfera pública e mais interessado pelo processo eleitoral: qualquer que seja o grupo de renda ou de escolaridade, as taxas de FHC são sempre maiores entre os que assistiram ao horário eleitoral:

**Intenção de voto para Presidente da República segundo exposição ao horário eleitoral gratuito
(Resposta estimulada após uma semana de propaganda, em %)**

	Total	ASSISTIU AO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO				NÃO ASSISTIU			
		TOTAL	GRAU DE ESCOLARIDADE			Total	GRAU DE ESCOLARIDADE		
			Até o 1º grau	2º grau	Superior		Até o 1º grau	2º grau	Superior
Fernando Henrique Cardoso (PSDS)	36	41	39	45	44	31	28	38	46
Lula (PT)	29	30	30	29	34	29	29	29	27
Orestes Quércia (PMDB)	6	5	6	4	3	7	8	5	1
Leonel Brizola (PDT)	6	5	6	4	3	6	7	5	2
Enéas (PRONA)	3	3	2	4	4	2	2	4	5
Esperidião Amin (PPR)	2	2	2	2	3	2	2	2	2
Flavio Rocha (PL)	1	1	1	0	1	1	1	1	0
Walter Queiroz (PRN)	0	0	0	0		0	1	0	0
Almirante Fortuna (PSC)	0	0	0	0	0	0	0	0	
Em branco/nulo/ nenhum	7	5	4	7	5	9	7	11	12
Não sabe	10	7	9	4	3	12	15	5	6
Total em %	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Base ponderada	2498	1094	679	298	108	1402	1001	303	85
Número de entrevistas	20586	9167	5496	2551	1041	11396	8007	2545	719

Base: Total da amostra

Fonte: Falando na eleição presidencial, se a eleição fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? – 08 e 09/08/94.

Datafolha

**Intenção de voto para Presidente da República segundo exposição ao horário eleitoral gratuito
(Resposta estimulada após uma semana de propaganda, em %)**

	Total	ASSISTIU AO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO				NÃO ASSISTIU			
		TOTAL	RENDA FAMILIAR MENSAL			TOTAL	RENDA FAMILIAR MENSAL		
			Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.		Até 5 S.M.	Mais de 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
Fernando Henrique Cardoso (PSDB)	36	41	38	43	48	31	29	35	44
Lula (PT)	29	30	31	30	28	29	30	29	26
Orestes Quércia (PMDB)	6	5	6	5	4	7	8	7	5
Leonel Brizola (PDT)	6	5	6	5	4	6	8	5	4
Enéas (PRONA)	3	3	2	3	4	2	2	3	4
Esperidião Amin (PPR)	2	2	2	3	3	2	1	3	2
Flávio Rocha (PL)	1	1	1	1	0	1	1	1	1
Walter Queiroz (PRN)	0	0	0	0	0	0	1	0	0
Almirante Fortuna (PSC)	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Em branco/nulo/nenhum	7	5	5	5	5	9	7	10	9
Não sabe	10	7	8	5	4	12	14	6	5
Total em%	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Base ponderada	2498	1094	533	236	223	1402	728	233	217
Número de entrevistas	20586	9167	4337	1964	2046	11396	5953	1982	1792

Base: Total da amostra

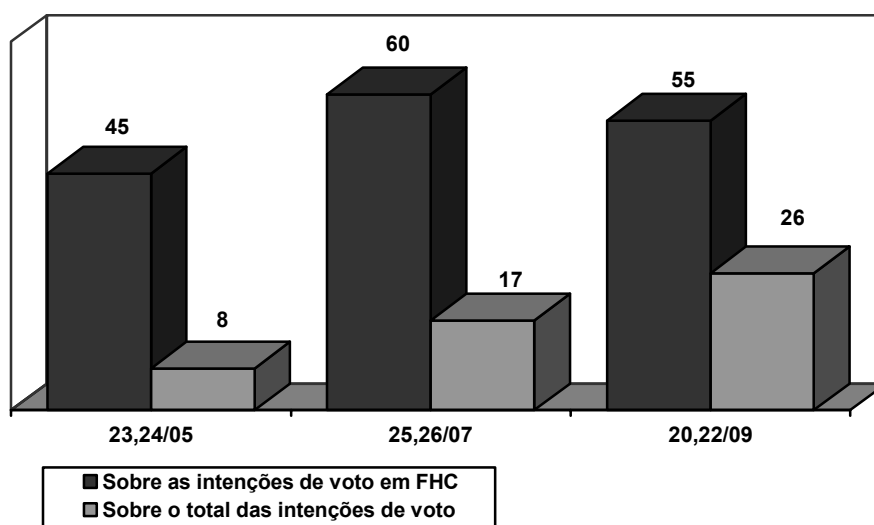
Fonte: Falando na eleição presidencial, se a eleição fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria para presidente da República? – 08 e 09/08/94.

Datafolha

Ao final de agosto, com 22%, Lula atinge seu "piso", o patamar em torno do qual irá flutuar nos próximos 35 dias, confirmado nas urnas. E FHC, atingindo 45%, chega a seu "teto", a taxa em torno da qual irá oscilar ao longo de todo setembro, até o 1º turno – período em que a inflação continua em queda e a aprovação ao Plano Real se estabiliza, quase consensual, acima de 75%. A confirmar o papel central do Real nessa reviravolta está a evolução das razões das intenções de voto,

colhidas pelo Datafolha em três momentos. A identificação de Fernando Henrique com o Plano Real – seja quanto à elaboração e implementação quando ministro, seja pela perspectiva de continuidade – corresponde, ao final de maio, às justificativas espontâneas, em resposta à pergunta aberta, de 45% dos que tendem a votar nele. Ao final de julho as menções ao Plano atingem 60% dos seus eleitores, e a duas semanas da eleição, ao final de setembro, é de 55%. Trata-se, de longe, da principal razão explícita para o voto no tucano, visto que nos três levantamentos nenhuma outra resposta chegou sequer a 10% das menções:

**O Plano Real como razão do voto em FHC
(Resposta espontânea, em %)**



Visto que nesses momentos FHC tinha respectivamente 17%, 29% e 47% das intenções de voto, chega-se a que sua identidade com o Plano Real, que no fim de maio já lhe angariava diretamente 8% do total de votos (6,2 milhões de eleitores, descontada a abstenção verificada mais tarde), um mês depois da troca da moeda traz à sua candidatura 17% do eleitorado (13,3 milhões) e 26% ao final de setembro (20,3 milhões) – por si só mais que toda a votação de Lula.

Mas essa rápida alteração das intenções de voto sob o efeito do Real foi homogênea no conjunto dos eleitores? Ou não ocorreu de modo simultâneo e com a mesma intensidade em diferentes segmentos sociais? Partindo-se do pressuposto que escolarização, nível de renda familiar e condição de trabalho interagem na determinação das tendências políticas do eleitorado, essas três variáveis foram entrecruzadas obtendo-se dez segmentos, seis de eleitores pertencentes à População Economicamente Ativa (PEA), quatro não pertencentes. A PEA, que

representa cerca de 68% do eleitorado (64,5 milhões), foi dividida em *desempregados* (cerca de 7%, ou 6,6 milhões), de qualquer renda familiar e grau de escolaridade, e em mais cinco estratos componentes da pirâmide social do ponto de vista da renda familiar e de sua forma de inserção no mercado de trabalho (posição na ocupação). De baixo para cima:

Grupo I: assalariados sem registro em carteira de trabalho e autônomos não estabelecidos (conta-própria irregular, como ambulantes e biqueiros), com renda familiar até cinco salários mínimos e que não ultrapassaram o 1º grau (cerca de 12%, 11,4 milhões de eleitores).

Grupo II: demais trabalhadores do mercado informal, com renda familiar acima de cinco mínimos (6%, 5,7 milhões).

Grupo III: assalariados com registro profissional (CLT), funcionários públicos e autônomos estabelecidos (conta-própria regular), com renda familiar até dez salários e escolaridade até o 2º grau (24%, ou 22,8 milhões).

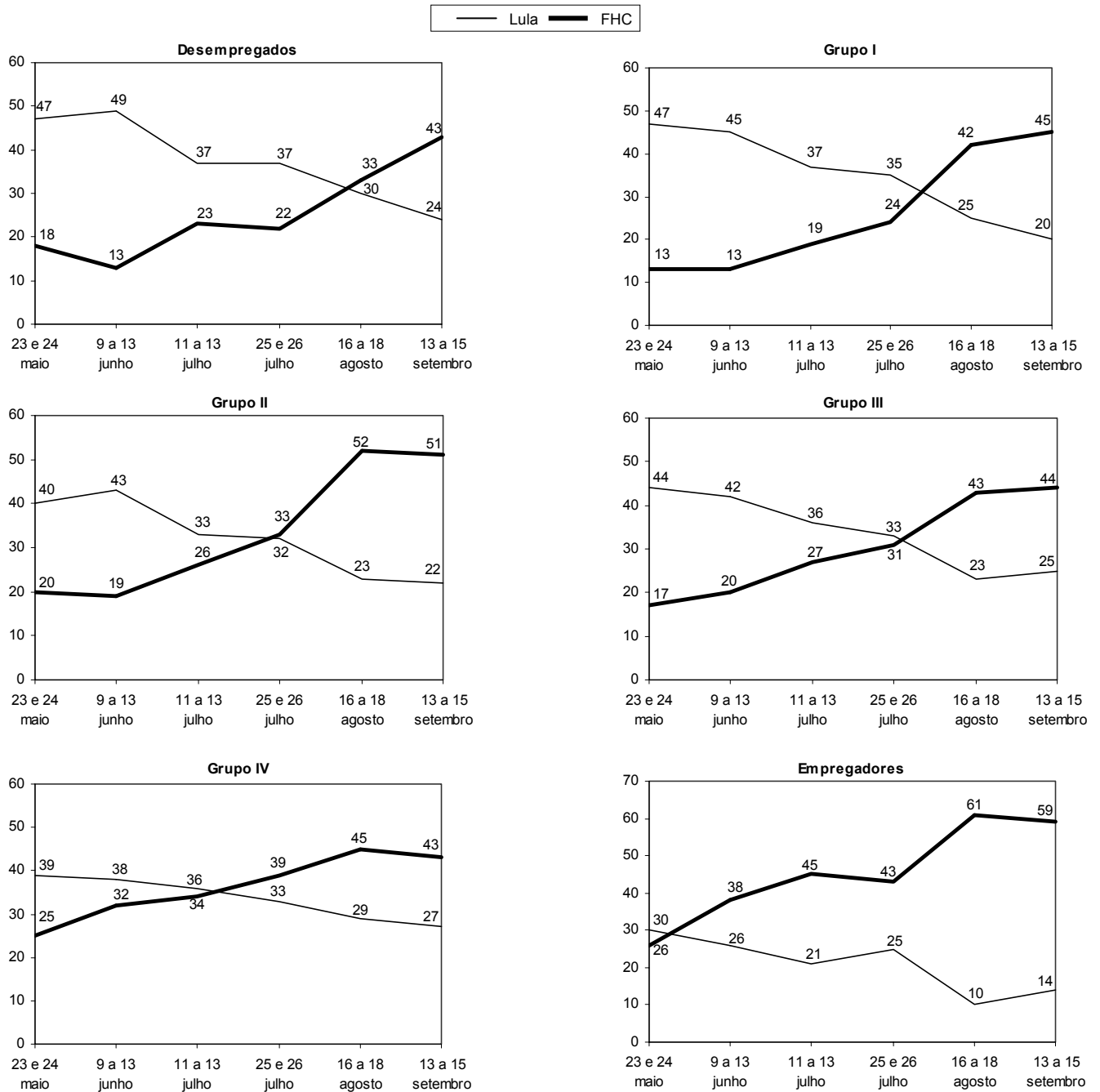
Grupo IV: assalariados registrados, funcionários públicos, autônomos estabelecidos e profissionais liberais (autônomos universitários), com renda acima de dez mínimos e escolaridade secundária ou superior (6%, ou 5,7 milhões).

E finalmente os *empregadores*, empresários de todos os ramos, com mais de dois empregados (excluídos os domésticos), representando 2% ou 1.9 milhão de eleitores.

Os eleitores não pertencentes à PEA (32%, 30,3 milhões) foram divididos em *estudantes* que não trabalham (5%, 4,7 milhões), *aposentados* (8%, 7,6 milhões) e em dois grupos de *donas-de-casa*, as com baixa renda familiar (até cinco salários mínimos por mês), que correspondem a 11% do eleitorado (10,4 milhões), e as com renda familiar média ou alta (acima de cinco mínimos), que somam 4% (3,8 milhões)³. Como se pode ver nos gráficos abaixo, no início formal da corrida eleitoral – definido pelas convenções partidárias – Lula está à frente em todos os dez grupos construídos, e em todos chega atrás de Fernando Henrique em meados de setembro – momento em que ambos já estão há mais de duas semanas estáveis, em relação ao que obteriam em 3 de outubro. Mas tanto entre os eleitores da PEA como entre os de fora da PEA, há contrastes expressivos em relação à velocidade e ao momento em que FHC ultrapassa Lula e quanto às diferenças de intenção de voto nos pontos de partida e de chegada:

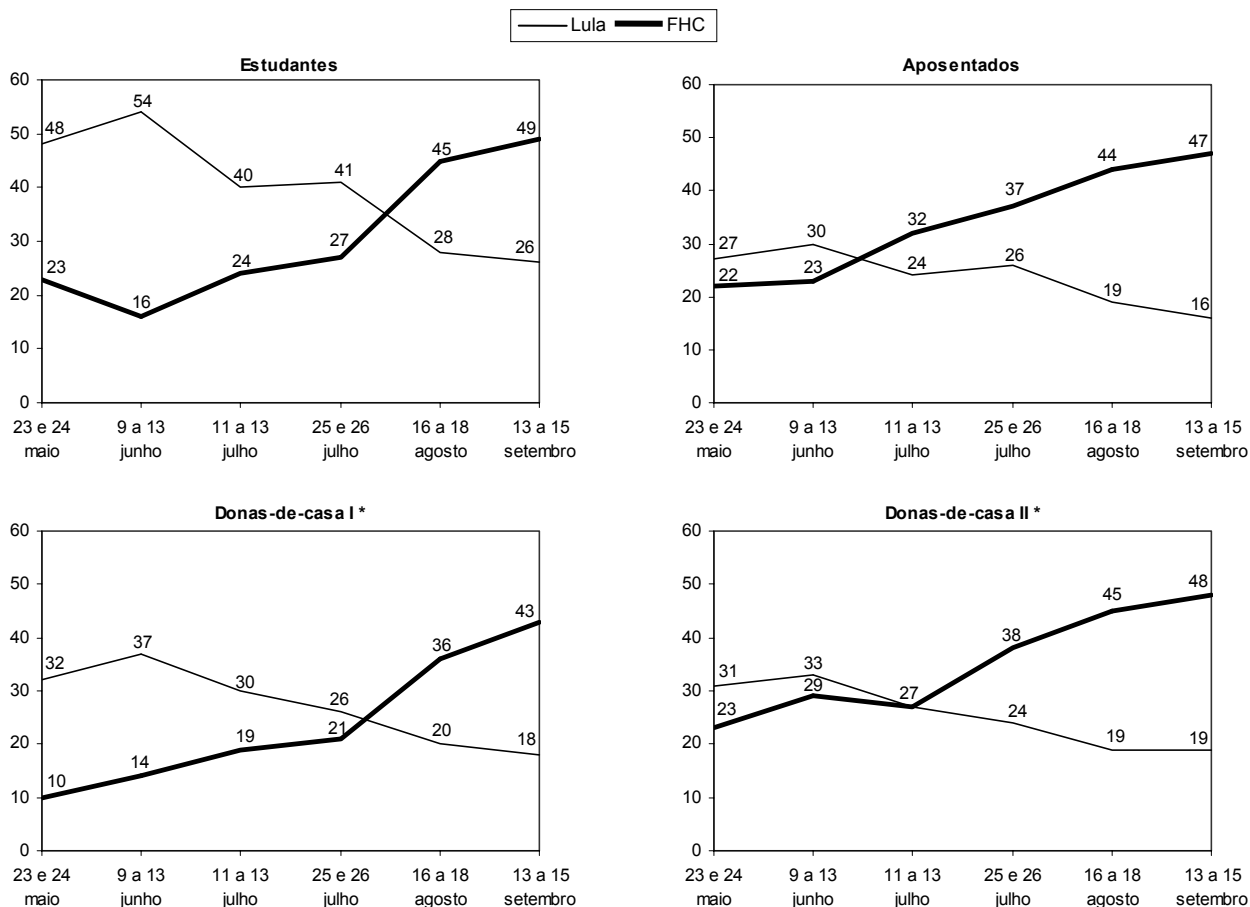
³ Os restantes 15% não foram incluídos na análise por não se enquadrarem nas condições simultâneas de identidade dos dez grupos criados, como profissionais liberais com renda inferior a dez salários (2%), outros economicamente ativos com combinações variadas (3%) ou com informações insuficientes para classificá-los (6%), ou ainda as donas-de-casa que não souberam informar a renda familiar (4%).

**Evolução das intenções de voto em Lula e FHC entre os eleitores da PEA
(Resposta estimulada, em %)**



Grupos I: No mercado de trabalho informal, com renda baixa; II: no mercado de trabalho informal com renda familiar acima de 5 S.M.; III: no mercado formal, com renda até 10 S.M. e até 2º grau de escolaridade; IV: no mercado formal, com renda acima de 10 S.M., escolaridade 2º grau ou superior

**Evolução das intenções de voto em Lula e FHC entre eleitores fora da PEA
(Resposta estimulada, em %)**



* renda familiar até 5 S.M.

* renda familiar acima de 5 S.M.

Em relação ao momento da virada, observam-se quatro tipos de comportamento: o dos empregadores, cuja maioria pende para FHC já antes da implantação do Real (*Momento 0*); o dos segmentos que se encontram divididos quando ocorre a troca da moeda (*M1*), nos quais a maioria pró FHC se constitui ao longo de julho (aposentados, donas-de-casa II e *grupo IV*); o dos que chegam divididos ao final de julho (*M2*), ainda antes do horário eleitoral (*grupos II e III* e donas-de-casa I, que por pesarem 41%, do total, determinam o empate e a virada no conjunto do eleitorado); e aqueles cuja maioria só pende para FHC a partir de agosto (*grupo I*, desempregados e estudantes), após o início da propaganda em cadeias de TV e rádio (*M3*).

Na PEA, as maiores vantagens iniciais relativas de Lula sobre FHC estavam entre os desempregados (29 pontos percentuais), entre os trabalhadores informais de baixa renda e escolaridade (*grupo I*, 34 pontos), e entre os regularizados mas de renda e escolaridade não altas (*grupo III*, 27 pontos). Entre os informais de renda mais alta (*grupo II*) a desvantagem inicial de FHC em relação à Lula era de 20 pontos, entre os absorvidos pelo mercado de trabalho formal, com renda mais elevada, e profissionais liberais (*grupo IV*), era de 14 pontos, e entre os empregadores era de apenas quatro pontos (a rigor, empate estatístico).

Fora da PEA a liderança de Lula era maior entre estudantes (25 pontos) e donas-de-casa de baixa renda (22): menor entre donas-de-casa de renda mais elevada (9) e sobretudo entre os aposentados (5, empate). Em termos absolutos, diante do peso de cada segmento, a vantagem de Lula assentava-se basicamente nos trabalhadores formais e informais, com renda e escolaridade médias ou baixas (*grupos III e I*).

Na outra ponta do período observado, com a disputa já estabilizada, na PEA FHC obtém suas maiores vantagens relativas entre os empregadores (45 pontos a mais que Lula) e nos informais (*grupos I e II*, 25 e 29 pontos, respectivamente), enquanto as menores vantagens se encontram entre os que estão no mercado de trabalho formal (*grupos III e IV*, 19 e 16 pontos) ou desempregados (19 pontos). Já entre os eleitores fora da PEA obtém vantagem quase homogênea, entre 31 pontos (aposentados) e 23 (estudantes). Em termos de massa de votos, sua vantagem vem dos mesmos grupos de trabalhadores (*III e I*) que quatro meses antes garantiam a liderança tranqüila de Lula.

Se observarmos em cada segmento a variação nesse período entre as taxas mínima e máxima de intenção de voto em FHC e Lula, notaremos que, grosso modo, há dois patamares de variação, que parecem constituir um padrão quando relacionados aos quatro momentos de virada, assinalados acima:

		PEA						NÃO PEA			
	Total	Emprega- dores	Grupo IV	Grupo III	Grupo II	Grupo I	Desempre- gados	Aposenta- dos	Donas- de-casa II	Donas- de-casa I	Estudan- tes
Momento em que FHC ultrapassa Lula *	M2	M	M1	M2	M2	M3	M3	M1	M1	M2	M3
Vantagem de Lula sobre FHC, em 23,24/05 (em pontos percentuais)	23	4	14	27	20	34	29	5	9	22	25
Vantagem de FHC sobre Lula em 13,15/09 (em pontos percentuais)	24	45	16	19	29	25	19	31	29	25	23
Queda de Lula, em pontos percentuais	19	20	12	21	21	27	25	14	14	19	28
Crescimento de FHC, em pontos percentuais	30	25	20	27	32	32	30	25	25	33	33
Queda % de Lula	46	67	31	48	49	57	51	47	42	51	52
Crescimento % de FHC	176	96	80	159	168	246	231	114	109	330	206

*M0: pré-real; M1: início de julho; M2: fim de julho, pré horário eleitoral gratuito; M3: agosto, pós horário eleitoral gratuito.

Fonte : Datafolha

Os segmentos cuja maioria pró FHC se constituiu nos momentos 0 e 1 (pré e logo após o Real) apresentam menor crescimento de FHC (de 20 a 25 pontos percentuais, ou de 80% a 114%) e menor queda de Lula (de 12 a 20 pontos) do que aqueles em que a virada ocorreu nos momentos 2 e 3 (entre 25 e 40 dias após o Real), nos quais o crescimento de FHC variou de 27 a 33 pontos (de 159% a 330%) e a queda de Lula de 19 a 27 pontos.

Tendo havido uma tendência geral de crescimento da candidatura de FHC, é natural que sua ultrapassagem sobre Lula tenha ocorrido antes nos segmentos em que a vantagem inicial do petista era menor. Mas como a diferença final entre os dois não estava pré-determinada – tampouco que FHC devesse ganhar em todos os segmentos – não é óbvio que as maiores variações de intenção de voto devessem ocorrer nos segmentos em que Lula apresentava maior vantagem inicial, como acabou ocorrendo.

Noutras palavras, se tomarmos a alteração da intenção de voto como inconsistência política, do ponto de vista programático-ideológico e partidário, pode-se afirmar que não só demoraram mais para aderirem majoritariamente a FHC, mas também que ao final mostraram-se mais volúveis em termos de opção eleitoral, os desempregados e os *grupos I, II e III*, na PEA, as donas-de-casa I e os estudantes fora da PEA. Ao contrário constituíram antes maioria pró FHC e mostraram-se politicamente menos inconsistentes, o *grupo IV*, os empregadores, os aposentados e as donas-de-casa II.

Diante do papel central do Real na afluência das intenções de voto para FHC, pode-se inferir que os primeiros levaram mais tempo para identificarem FHC ao plano ou para serem convencidos das virtudes do Real. Índícios dessa tendência podem ser observados tanto dividindo-se o eleitorado apenas por grau de escolaridade, como redividindo-o em três grandes estratos – baixa renda familiar (até 5 S.M.), com escolaridade até 2º grau; renda intermediária (de 5 a 20 S.M.), com escolaridade até 2º grau; e renda alta (mais de 20 S.M.) ou escolaridade superior:

**Plano Real como razão do voto em FHC por escolaridade e estratos sociais
(Resposta espontânea, em %)**

	Sobre a intenção de voto em FHC			Sobre o total do eleitorado		
	23,24/05	25,26/07	20,22/09	21,24/05	25,26/07	20,22/09
ESCOLARIDADE						
Até 1º grau	39	57	55	3,5	10,5	18,0
2º grau	54	69	59	3,5	6,0	7,0
Superior	46	51	50	0,5	1,5	1,5
ESTRATO SOCIAL						
I	44	59	54	4,0	9,0	13,5
II	49	63	61	2,0	4,5	7,0
III	43	54	57	1,0	2,0	3,0

*I : Até 2º grau com renda familiar mensal até 5 S.M. ; II : até 2º grau com renda familiar mensal maior que 5 S.M. a 20 S.M.; III : escolaridade superior ou renda familiar maior que 20 S.M.

No fim de maio, o eleitorado que não ultrapassou o 1º grau traz a menor taxa de justificativa de voto em FHC em função do Plano Real (39%), contribuindo assim, com apenas 3,5% das 17% de intenção de voto então, no tucano, não obstante seu peso (68% do total). Embora enquanto razão de voto espontânea, a taxa das menções ao Plano nesse segmento se estabilize já no final de julho, é apenas em setembro, cinco vezes maior que em maio, que seu peso se fará sentir na composição do voto em FHC (18%). Tendência semelhante se observa nos dois primeiros estratos: crescimento e estabilidade do Plano como razão de voto entre maio e julho dentro do eleitorado de FHC e participação decisiva em intenções de voto em setembro.